

CCJ do Senado adia votação de destaques

ESTADO DE SÃO PAULO

Declarações de Motta irritam integrantes da comissão e análise de destaques é transferida

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O efeito desagregador das declarações do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, entre os aliados do governo atingiu a reforma da Previdência. Marcada para ontem, a votação dos destaques ao parecer do relator Beni Veras (PSDB-CE), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, não ocorreu e foi transferida para hoje. Mas, se depender do líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES), será novamente adiada, até que os estragos da entrevista dada por Motta sejam reparados.

"Não podemos negar que as declarações do ministro afetaram a reforma", admitiu Álvares. Após a suspensão da reunião da CCJ, ele reuniu os líderes aliados para avaliar a entrevista. No meio de críticas a ministros, ao PFL e ao PMDB, Motta disse que a reforma da Previdência "tem de deixar rolar", porque não é urgente. Para os líderes do governo, a declaração incentiva os senadores a não se comprometer com a rápida votação da reforma da Previdência.

O líder do PFL destacou que vários setores do Senado se sentiram

atingidos pelas declarações de Motta. "A crítica ao ministro da Justiça, senador Íris Rezende, não faz sentido e todos os senadores ficaram solidários a ele", afirmou. "Os ataques ao PFL foram inoportunos, porque a governabilidade também está garantida pelo PFL."

Os líderes governistas passaram o dia negociando a redução dos mais de cem destaques apresentados ao relatório. No final da tarde, Álvares já havia conversado com quase todos os senadores e admitia a possibilidade de acordo para votar a

emenda hoje. Mais animado, tentava diminuir o impacto da entrevista de Motta: "Estamos num momento delicado e temos de ter bom senso para que atitudes assim não afetem assuntos importantes como a reforma da Previdência."

Suspensão — Oficialmente, a reunião da CCJ foi suspensa por falta de quórum. Os aliados esperavam reduzir "ao máximo" o número de destaques. Autor do maior número deles, o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), estava disposto a abrir mão de apenas uma parte dos 41 que apresentou. O senador Roberto Freire (PPS-PE) quer votar emenda que torna permanente a cobrança da contribuição sobre movimentação financeira (atual CPMF) para financiar a seguridade social.



ÁLVARES:
"MOMENTO
EXIGE BOM
SENSO"